



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 472
473

2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 1956-18.2014.8.17.0000 (328128-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADOS: RAMIRO ALCÂNTARA DE LIRA e OUTROS

EMENTA: CONSUMIDOR, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. FINANCIAMENTO DO SFH. RISCO DE DESMORONAMENTO DE IMÓVEL. PRELIMINARES DE INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL, CARÊNCIA DE AÇÃO, ILEGITIMIDADE ATIVA E PRESCRIÇÃO. REJEIÇÃO. MÉRITO. DEFERIMENTO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. HONORÁRIOS A CARGO DA SEGURADORA. ART. 33 CPC. PRINCÍPIO CONSUMERISTA DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. APLICABILIDADE. FIXAÇÃO DA VERBA PERICIAL EM VALOR EXACERBADO. REDUÇÃO. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

- A Justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional. Inaplicabilidade da Lei 12.409/2011 aos contratos celebrados antes de sua edição. Preliminar de incompetência da Justiça Estadual rejeitada;

- A exordial atende aos preceitos do art. 282 do CPC e as partes são legítimas, pois a cobertura vincula-se ao imóvel e não ao segurado, sendo irrelevante a quitação do financiamento por parte dos Agravados. Preliminares rejeitadas.

- Deterioração dos imóveis. Sinistro continuado. Prefacial de prescrição rejeitada.

- Mérito. Nos termos do art. 33 do CPC, cabe a parte que solicitou a realização de exame pericial arcar com os honorários do perito.

1 e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fis. _____

- No caso em tela, a Agravante requisitou a realização de perícia em sua peça de bloqueio, devendo custear sua concretização.
- Valor dos honorários exacerbado ante a similaridade dos imóveis, redução do montante para R\$ 10.860,00 (dez mil, oitocentos e sessenta reais).
- Recurso parcialmente provido.
- Prejudicado o Agravo Legal interposto contra decisão interlocutória.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Magistrados integrantes deste órgão fracionário em **REJEITAR AS PRELIMINARES**, no mérito, **DAR PARCIAL PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO** e **JULGAR PREJUDICADO O AGRAVO LEGAL** interposto pela ora Agravante, de conformidade com o Termo de Julgamento e o voto do Relator que, revisto e rubricado, passa a integrar o julgado.

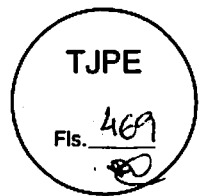
Sala de Sessões,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 1956-18.2014.8.17.0000 (328128-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADOS: RAMIRO ALCÂNTARA DE LIRA e OUTROS

R E L A T Ó R I O

Trata-se de Agravo de Instrumento contra decisão interlocutória (fls. 109/112) proferida em Ação de Indenização Securitária, a qual (i) rechaçou as preliminares arguidas na contestação, pertinentes à Incompetência da Justiça Estadual, Inépcia da Inicial, Carência de Ação, Ilegitimidade Ativa e Prescrição, e (ii) deferiu a realização de prova pericial, atribuindo à Ré, aqui Agravante, o ônus de recolhimento dos honorários do perito, fixados no importe de R\$817,00 (oitocentos e dezessete reais) por imóvel.

Nas razões recursais (fls. 02/31), a Agravante reiterou as prefaciais suscitadas no 1º grau. Na sequência, salientou que os custos da perícia deveriam ser suportados pelos Agravados, afastando-se o princípio da inversão do ônus da prova.

Em continuidade, insurgiu-se contra o valor dos honorários periciais, pois o trabalho a ser realizado pelo perito seria simples e repetitivo e o importe arbitrado pelo i. Magistrado de piso seria bastante superior ao previsto no Regulamento de Honorários do INSTITUTO DE AVALIAÇÕES E PERÍCIAS DE ENGENHARIA DE PERNAMBUCO - IBAPE/PE.

Nesse diapasão, requereu o acolhimento das prefaciais arguidas, para remessa dos autos à Justiça Federal ou imediata extinção do feito originário sem resolução do mérito. Para o caso de rejeição das preliminares, pugnou pelo provimento do recurso, para inversão do ônus de recolhimento dos honorários periciais ou, pelo menos, redução dos honorários para um valor razoável.


Através da decisão interlocutória de fls. (fls. 361), o i. Desembargador Substituto concedeu parcialmente a liminar requestada apenas para reduzir o importe dos honorários periciais de R\$ 16.340,00 (dezesseis mil, trezentos e quarenta reais) para R\$ 10.860,00 (dez mil oitocentos e sessenta reais), deixando para apreciar as demais questões quando do julgamento definitivo do recurso por esta e. Câmara.

O Agravante, após a publicação da referida decisão interlocutória, apresentou recurso de agravo (fls. 370), tratando da incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar casos relativos ao SFH.

Devidamente intimado para contrarrazoar o Agravo de Instrumento, o Agravado deixou transcorrer *in albis* o prazo assinalado (fls. 366).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta independentemente de revisão.

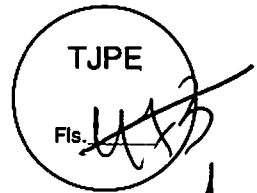
Recife, 


Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



2ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 1956-18.2014.8.17.0000 (328128-7)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS

AGRAVADOS: RAMIRO ALCÂNTARA DE LIRA e OUTROS

P43

V O T O

1) Preliminar de Incompetência da Justiça Estadual

De plano, constato não merecer amparo o pleito da Agravante de deslocamento dos autos para a Justiça Federal.

Com efeito, em inúmeros precedentes, adotei posicionamento favorável à aplicação imediata da Lei 12.409/2011 aos contratos de seguro habitacional com cobertura do FCVS.

Todavia, atualmente, sigo orientação diversa. No meu sentir, os princípios do ato jurídico perfeito e da irretroatividade da lei obstam a incidência da Lei 12.409/2011 nos contratos de seguro celebrados antes de sua edição.

Aliás, a jurisprudência pacífica deste E. Tribunal adota tal entendimento, como se depreende dos julgados adiante colacionados, com grifos nossos:

.....

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. EDIÇÃO DA LEI 12.409/2011 POSTERIOR AOS CONTRATOS. IMPOSSIBILIDADE DE MODIFICAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ILEGITIMIDADE ATIVA. MATÉRIA EXAURIDA. REDUÇÃO DE MULTA DECENDIAL. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. EMBARGOS

1C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

REJEITADOS. 1- Os efeitos da lei 12.409/2011 não podem retroagir aos contratos firmados anteriormente a sua vigência. 2-Competência da justiça estadual para julgar processos referentes a seguros imobiliários. Súmula 94 deste Egrégio Tribunal. (...). 5-Embargos de declaração rejeitados. (TJPE – ED 1930549, 3ª Câmara Cível, Relator: Alfredo Sérgio Magalhães Jambo, Julgamento: 08/03/12).

.....

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. SEGURO HABITACIONAL. CONTRATO CELEBRADO ANTES DA LEI N.º 12.409/2011. ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO RETROATIVA DA NORMA. INCABÍVEL O DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA PARA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA 94 DO TJPE. PRETENSÃO RECURSAL EM ROTA DE COLISÃO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE ESTADUAL DE JUSTIÇA. (...). 5.No caso concreto, sendo o contrato de seguro habitacional avença firmada em momento anterior à edição da Lei n.º 12.409/2011, revela-se incabível o deslocamento da competência à Justiça Federal, não só em face da potencialidade de causar prejuízo aos segurados, mas também sob pena de desrespeito aos princípios da irretroatividade das leis e do ato jurídico perfeito e acabado. 6.Nesse sentido, também merece registro o teor da Súmula 94 deste e. Tribunal de Justiça, in verbis: "A justiça Estadual é competente para julgar ações de seguro habitacional." 7.Agravo improvido. 8.Decisão unânime. (TJPE - AGV 2583140, 1ª Câmara Cível, Relator: Josué Sena, Data de Julgamento: 14/02/12).

.....

Como se vê, a alegação de incompetência da Justiça Estadual encontra-se em manifesto confronto com a jurisprudência unânime deste E. Tribunal, razão pela qual **REJEITO A PREFACIAL.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 474
475
C

ii) Preliminar de Inépcia da Petição Inicial

A tese de inépcia da inicial, por ausência de clareza na narração dos fatos e fundamentos jurídicos, não procede.

A exordial da demanda expõe a controvérsia com precisão e objetividade, atendendo a todos os requisitos previstos no art. 282 do CPC.

Ademais, a matéria objeto da lide está bem definida, inexistindo óbice ao regular processamento da ação.

O argumento de inépcia é manifestamente improcedente, razão pela qual **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

Recife,

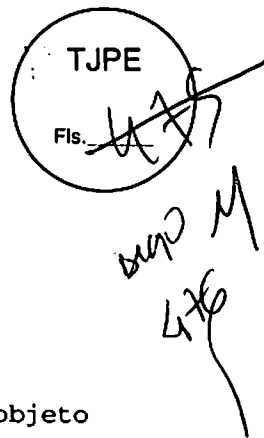
Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

C



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Lima de Moraes



iii) Preliminar de Ilegitimidade dos Agravados

A cobertura securitária se vincula ao imóvel objeto do contrato de seguro, e não à pessoa responsável pelo pagamento do prêmio. Destarte, tendo sido adimplida a obrigação, seja pelo segurado, seja pelo terceiro cessionário do contrato, não pode a Seguradora recusar a cobertura.

Ainda que tenha assumido as prestações do financiamento e do seguro por força de contrato de gaveta, o cessionário possui legitimidade para buscar em Juízo a cobertura securitária, como se depreende da súmula nº 56 e dos arestos deste E. Tribunal, verbis:

.....

Súmula 56 – “Após a vigência da Lei nº 10.150/2000, sub-roga-se o adquirente de imóvel através do denominado ‘contrato de gaveta’ nos direitos e obrigações do contrato de financiamento e de seguro habitacional correspondentes”.

.....

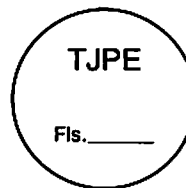
CIVIL E PROCESSUAL CIVIL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PEDIDO DE LIMINAR – INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA (...). **Preliminar de ilegitimidade ativa dos moradores por terem adquirido seus imóveis de terceiros (CONTRATOS DE GAVETA). Rejeitada**, à unanimidade. (...). Apelo do ministério público provido. Sentença reformada. Decisão indiscrepante. (TJPE – AC 0165493-5 – 6ª C.Cív. – Rel. Des. Eduardo Augusto Paura Peres – DJe 07.01.11) (g.n.).

.....

RECURSO DE AGRAVO LEGAL CONTRA DECISÃO TERMINATIVA EM APELAÇÃO – PRETENSÃO RECURSAL CONTRÁRIA À JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ – IMPROVIDO O APELO – APLICABILIDADE DO ART. 557, §1º, DO CPC – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA – (...) 3- **Não há que se falar em ilegitimidade ativa dos moradores com contrato de gaveta, pois a cobertura securitária está vinculada ao imóvel e não à pessoa do**



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



mutuário. Preliminares rejeitadas (...). Agravo Improvido. (TJPE – AG 0224279-1/01 – 4ª C.Cív. – Rel. Des. Francisco Manoel Tenório– DJe 11.01.11) (g.n.).

.....

A tese de ilegitimidade dos Agravados revela-se, assim, manifestamente improcedente. **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE
Fls. 476
477
bino

iv) Preliminar de Carência de ação

Mostra-se irrelevante o fato de parte dos Agravados já ter liquidado o financiamento, afinal os defeitos de construção teriam ocorrido durante a vigência dos contratos de mútuo e de seguro, daí resultando a exigibilidade da cobertura securitária. É manifesta a improcedência do argumento de carência de ação.

Assim, **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

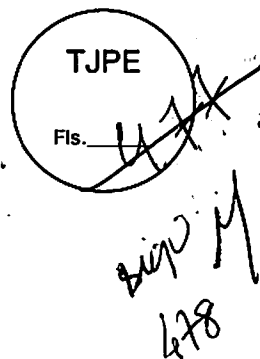
Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



v) Preliminar de Prescrição

Na situação em tela, é inviável contar qualquer prazo prescricional em favor da Seguradora, pois o sinistro contratualmente coberto [risco de desmoronamento das casas] não se iniciou em um momento determinado. Ao contrário, efetivou-se sem data certa e persistirá até a adoção das medidas necessárias à recuperação dos imóveis.

Desta forma, tratando-se de sinistro continuado e atual, os mutuários poderiam solicitar a cobertura securitária a qualquer tempo, mesmo porque eventual contagem de prazo prescricional se renovaria a cada dia. A tese de prescrição é manifestamente improcedente.

Logo, **REJEITO A PRELIMINAR.**

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator

MÉRITO

Não havendo razões para divergir do entendimento adotado pelo i. Desembargador substituto, mantenho o entendimento consignado na decisão interlocutória, com os acréscimos necessários.

Conforme jurisprudência do c. STJ, destaco que as situações de indenização envolvendo mutuários de conjuntos habitacionais com vícios de construção e financiados pelo SFH são abarcadas pelas regras consumeristas.

Aplicando-se o Código de Defesa do Consumidor ao caso dos autos, é inquestionável a possibilidade de inversão do ônus da prova, pela situação de hipossuficiência relatada pelos Agravados. Neste sentido, colaciono os seguintes julgados:

.....

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Prova. Inversão do ônus da prova. Perícia. Honorários. Construção civil. SFH. - O CDC assegura ao consumidor hipossuficiente o direito de exercer sua defesa em juízo. As regras legais que procuram efetivar esse princípio não criam privilégio a seu favor, apenas procuram estabelecer alguma igualdade entre as partes. - Perícia considerada indispensável para a ação em que se alega defeitos na construção do prédio adquirido por pessoas de baixa renda, pelo SFH, e que não foi feita porque os autores não reuniram o numerário suficiente para pagar os honorários do perito. - Renovação do julgamento da apelação a fim de que a Câmara aprecie a existência dos pressupostos de fato para a inversão do ônus da prova (Art. 6º, VIII, CDC). Recurso conhecido e provido em parte.

(STJ, REsp 347632 SP 2001/0100048-0, Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR, Data de Julgamento: 23/06/2003, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJ 01.09.2003 p. 291) (g.n.)

.....

DIREITO ECONÔMICO. SISTEMA FINANCEIRO DA HABITAÇÃO. CDC. APLICABILIDADE. SALDO DEVEDOR. IPC. MARÇO DE 1990.CDC. 1. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor ao contrato de mútuo do Sistema Financeiro Habitacional para aquisição de imóvel, eis que retrata uma relação de consumo existente entre os mutuários e o agente financeiro do SFH. Precedentes.Código de Defesa do Consumidor 2. O índice aplicável ao mês de março de 1990 para atualização do saldo devedor de financiamento pelo SFH é o IPC, no montante de 84,32%. Precedentes da Corte Especial.3. Recurso especial provido em parte.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Luvira de Moraes

TJPE

Fls. _____

(STJ, REsp 722010 RS 2005/0018361-7, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 18/05/2005, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJ 01.08.2005 p. 421) (g.n.)

.....

SFH. CONTRATO DE MÚTUO. CLÁUSULA DE COBERTURA PELO FCVS. REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES. PLANO DE EQUIVALÊNCIA SALARIAL. ILEGITIMIDADE DA UNIÃO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ADIANTAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS.CDC. [...] 2. As regras do Código de Defesa do Consumidor, inclusive a que autoriza a inversão dos ônus da prova, são aplicáveis aos contratos de mútuo.

(STJ, REsp 615553 BA 2003/0215995-8, Relator: Ministro LUIZ FUX, Data de Julgamento: 07/12/2004, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 28/02/2005 p. 220) (g.n.)

.....

No mesmo sentido, observe-se o entendimento adotado por este Egrégio Tribunal de Justiça:

.....

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. DIREITO CIVIL E PROCESSO CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. PRELIMINARES DE NULIDADE DO PROCESSO POR INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL, ILEGITIMIDADE ATIVA DOS MUTUÁRIOS E ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADAS. MÉRITO: CONTRATO ADESIVO. INCIDÊNCIA DO CDC. RISCO DE DESMORONAMENTO COMPROVADO. DANOS CAUSADOS POR VÍCIO DE CONSTRUÇÃO. EXCLUSÃO DE COBERTURA NÃO PREVISTA NO CONTRATO. INDENIZAÇÃO DO SINISTRO DEVIDA. PREVISÃO DE MULTA DECENDIAL. OBRIGATORIEDADE DE CUSTEIO DOS ALUGUÉIS, DESPESAS CONDOMINIAIS E MÚTUOS PELA SEGURADORA. CONDENAÇÃO DA SEGURADORA NO PAGAMENTO DOS HONORÁRIOS DO ASSISTENTE TÉCNICO DOS AUTORES E DO PROJETO DE RECUPERAÇÃO DO IMÓVEL. POSSIBILIDADE. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. INOCORRÊNCIA.CDC

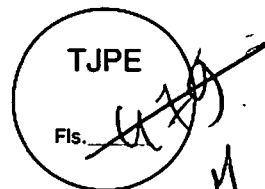
[...] 4. Tratam-se de seguros de massa, impostos na regulação do Sistema Financeiro da Habitação, a que só poderiam aderir os mutuários do sistema, impossibilitados de qualquer negociação, razão por que as cláusulas devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao aderente, de acordo com as diretrizes do Código de Defesa do Consumidor aplicáveis à espécie, notadamente o artigo 47. [...]

(TJPE, Apelação Cível 169862 PE 2262002000, Relator: Francisco Manoel Tenorio dos Santos, Data de Julgamento: 30/04/2009, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 126) (g.n.)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



APELAÇÃO CÍVEL. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. AÇÃO REVISIONAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. MÚTUO E PACTO ADJETO DE HIPOTECA. I. INCIDÊNCIA DO CDC:

Negar simplesmente a aplicação do direito do consumidor aos contratos habitacionais firmados antes da vigência do Código de Defesa do Consumidor é ignorar o caráter de trato sucessivo das relações firmadas no âmbito do sistema financeiro da habitação. [...]

(TJPE, Apelação 5819120058170001 PE 0000581-91.2005.8.17.0001, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 25/10/2011, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 206) (g.n.)

.....
Acerca da prova pericial, o art. 33 do CPC dispõe que os honorários do perito judicial devem ser recolhidos pela parte que requereu a realização da perícia, senão vejamos:

.....
Art. 33 – Cada parte pagará a remuneração do assistente técnico que houver indicado; *a do perito será paga pela parte que houver requerido o exame*, ou pelo autor, quando requerido por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz. (g.n.).

.....
No caso em tela, a seguradora Agravante requereu a prova pericial em sua peça de bloqueio (fls. 349), ocorrendo perfeita subsunção do fato à norma, razão pela qual deverá arcar com a remuneração do perito.

Contudo, em relação ao montante arbitrado, entendo relevantes os argumentos apresentados.

Neste eito, verifico ter o magistrado primevo arbitrado a cifra de R\$ 817,00 (oitocentos e dezessete reais) por imóvel (totalizando R\$16.340,00 - dezesseis mil, trezentos e quarenta reais), valor que se revela desproporcional ao trabalho a ser realizado, uma vez que a fixação da verba honorária pericial deve observar, precipuamente, a complexidade da perícia, o tempo necessário para a execução do serviço, assim como a natureza, o valor e a localização do bem periciado.

AI 328128-7 - 21 - 05/14

e



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Na situação dos autos, a perícia destina-se a verificar os vícios de construção, assim como eventual risco de desmoronamento de 20 (vinte) imóveis.

Nestas condições, levando-se em conta a similitude entre os imóveis, inclusive no que tange aos processos de deterioração, os quais se repetem em demasia, acarretando uma simetria, desponta evidente o excesso do valor exarado na decisão singular.

Assim, em atenção aos princípios da proporcionalidade e atendendo às peculiaridades do caso, reputo necessária a redução da verba honorária pericial para o importe de 01 (um) salário mínimo por imóvel para as 10 (dez) primeiras dez residências e 0,5 (meio) salário mínimo para as 10 (dez) moradias restantes, totalizando R\$10.860,00 (dez mil, oitocentos e sessenta reais).

Ante o exposto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao Agravo de Instrumento, apenas para reduzir o montante da remuneração pericial para R\$10.860,00 (dez mil, oitocentos e sessenta reais).

Por fim, **JULGO PREJUDICADO** o Agravo Regimental interposto pela ora Agravante (fls.370).

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator